

GRUPOS DE ATIVIDADES ECONÔMICAS, DESPESAS E FINANCIAMENTO NA AGRICULTURA FAMILIAR DO PARANÁ - 2006 e 2017

GROUPS OF ECONOMIC ACTIVITIES, EXPENDITURE AND FINANCING IN FAMILY FARMING IN PARANÁ - 2006 and 2017

Dimas Soares Junior¹, Angelita Bazotti², Giovanna Gomes Previdelo³, Natan Ferreira Baldini⁴

¹Doutor em Agronomia. Pesquisador da Área Técnica de Socioeconomia do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná IAPAR – EMATER (IDR-Paraná)

dimasjr@idr.pr.gov.br

²Doutora em Desenvolvimento Rural. Pesquisadora do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES)

abazotti@ipardes.pr.gov.br

³Cientista Social. Universidade Estadual de Londrina / Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná IAPAR – EMATER (IDR-Paraná)

giprevidello@gmail.com

⁴Engenheiro Agrônomo. Ex- Bolsista de Iniciação Científica do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná IAPAR – EMATER (IDR-Paraná)

natanbaldini98@gmail.com

Grupo de Trabalho (GT): 05 - Agricultura familiar e ruralidades

Resumo

O texto objetivou discutir questões associadas à movimentação financeira na agricultura familiar no estado do Paraná, região Sul do Brasil, nos anos de 2006 e 2017, discutindo mais especificamente informação associadas aos grupos de atividades econômicas, despesas e financiamento na agricultura. A pesquisa utilizou a análise comparativa e os dados foram extraídos das bases dos censos agropecuários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Constatou-se a estabilidade das lavouras temporárias e da pecuária e criação de outros animais como grupos de atividades econômicas predominantes, sendo observada também uma maior intensificação no que tange a utilização de insumos industrializados nas atividades produtivas, indicando a acentuação do processo de mercantilização da agricultura familiar. Observou-se a redução no número de estabelecimentos que obtiveram financiamento e também a redução da presença do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar no total de estabelecimentos familiares do estado, não obstante tal Programa continue sendo a principal fonte de acesso aos recursos governamentais no âmbito do público considerado. Destaca-se sobretudo o expressivo aumento da presença das cooperativas de crédito como agentes financeiros junto à agricultura familiar paranaense.

Palavras-chave: cooperativas de crédito, crédito para investimento, PRONAF.

Abstract

The text aimed to discuss issues associated with financial transactions in family farming in the state of Paraná, southern Brazil, in the years 2006 and 2017, discussing more specifically information associated with groups of economic activities, expenses and financing in agriculture. The research used comparative analysis and data were extracted from the agricultural census bases of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). It was verified the stability of temporary crops and livestock as groups of predominant economic activities, also being observed a greater intensification regarding the use of industrialized inputs in productive activities, indicating the accentuation of the process of commodification of family systems. There was a reduction in the number of establishments that received funding and also a reduction in the presence of the Program for Strengthening Family Agriculture in the total number of family establishments in the state, despite this Program continuing to be the main source of access to government resources within the scope of the public considered. Particularly noteworthy is the significant increase in the presence of credit cooperatives as financial agents with family farming in Paraná State.

Key words: credit cooperatives, investment credit, PRONAF.



1. Introdução

A publicação do Censo Agropecuário 2017 ofereceu uma gama de informações, em quantidade e qualidade, para subsidiar pesquisas e políticas públicas na área da agricultura no Brasil. Além de fornecer um retrato daquele ano permite também a comparação (tomados os devidos cuidados metodológicos) com os anos anteriores favorecendo uma análise temporal.

Neste artigo trabalha-se com os dados que se referem a um recorte desse universo do Censo, que são os estabelecimentos classificados como familiares. A categoria de agricultura familiar conquista espaço no cenário acadêmico e político no Brasil a partir da década de 1990, sendo discutido por inúmeros autores com pontos de convergência que se centram em reunir, na família, ao menos o tripé gestão, propriedade e trabalho (ABRAMOVAY, 1997, GASSON; ERRINGTON, 1993, WANDERLEY, 1996). É a combinação desses três elementos que permite a identificação de um estabelecimento familiar como sendo, ao mesmo tempo, uma unidade de produção, de consumo e de reprodução social. Entende-se que este tripé seriam grandes coordenadas que delineiam o que se entende por agricultura familiar, não sendo uma classificação engessada. Ele dá conta de acompanhar as transformações latentes e não raras observadas nesse público.

Em virtude das discussões acadêmicas e demandas das organizações sociais, o governo brasileiro instituiu, em 24 de julho de 2006, a Lei nº 11.326 que ficou conhecida como “Lei da Agricultura Familiar”, que tem como grande predicado tornar o conceito mensurável e objetivo possibilitando o uso para o acesso a políticas públicas e implementação de estudos e análises.

Os critérios dessa lei nortearam a publicação de estudos e dados do Censo Agropecuário de 2006. Para o Censo Agropecuário de 2017 o IBGE publicou as variáveis classificadas por tipos de estabelecimentos novamente distinguindo os da agricultura familiar, obedecendo ao Decreto nº 9.064 de 31 de maio de 2017, o qual regulamentou a Lei nº 11.326, e às portarias e normativas subsequentes (DEL GROSSI, 2020).

Este artigo, complementar a estudos anteriores (ANDRÉ et al, 2022; PREVIDELLO et al, 2022), tem por objetivo apresentar uma caracterização da agricultura familiar no estado do Paraná nos anos de 2006 e 2017, fundamentada na análise de informações relacionadas ao grupos de atividades econômicas, despesas e financiamento das atividades produtivas, buscando oferecer por meio da análise comparativa, elementos que possam contribuir na discussão acerca dos desafios e na proposição de ações e políticas públicas de desenvolvimento rural voltadas ao estrato familiar do rural paranaense.

Para tanto se organiza em três partes além dessa introdução. Na próxima seção são apresentados os materiais e métodos do estudo, com destaque aos procedimentos utilizados para comparar os dois censos em questão considerando as mudanças nas variáveis e na lei que afetaram as bases de dados. Apresentam-se então os resultados e discussão agrupados em dois blocos, quais sejam grupos de atividades econômicas e despesas e financiamento na agricultura familiar no Paraná concluindo-se o artigo com a apresentação de suas considerações finais.

2. Material e métodos

Para a realização da pesquisa, foram utilizados dados secundários dos Censos Agropecuários (CAs) de 2006 e 2017, realizados pelo IBGE e disponibilizados no Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA).

Para o Censo 2006, os dados foram acessados com a escolha do tema “Agricultura Familiar”, na página de acesso aos dados da segunda apuração (IBGE, 2020a), habilitando-se



em cada tabela trabalhada a opção “Agricultura Familiar” no campo destinado ao tipo de estabelecimento. Já no Censo 2017, o qual apresenta a seleção da tipologia do estabelecimento internamente à cada tabela disponibilizada (IBGE, 2020b), a seleção foi realizada por meio da opção “Agricultura Familiar – Sim”. As especificidades acerca da caracterização dos estabelecimentos familiares em cada um dos Censos trabalhados encontram-se descritas em tópico específico apresentado a seguir.

Optou-se por trabalhar com valores percentuais, pois dessa forma a comparação fica mais evidente, não recaindo na discussão acerca da variação dos números absolutos, os quais podem ser consultados na Tabela 1. A análise é focada para o estado do Paraná, entretanto, quando pertinente são apresentados comentários para as mesorregiões do estado (Figura 1).

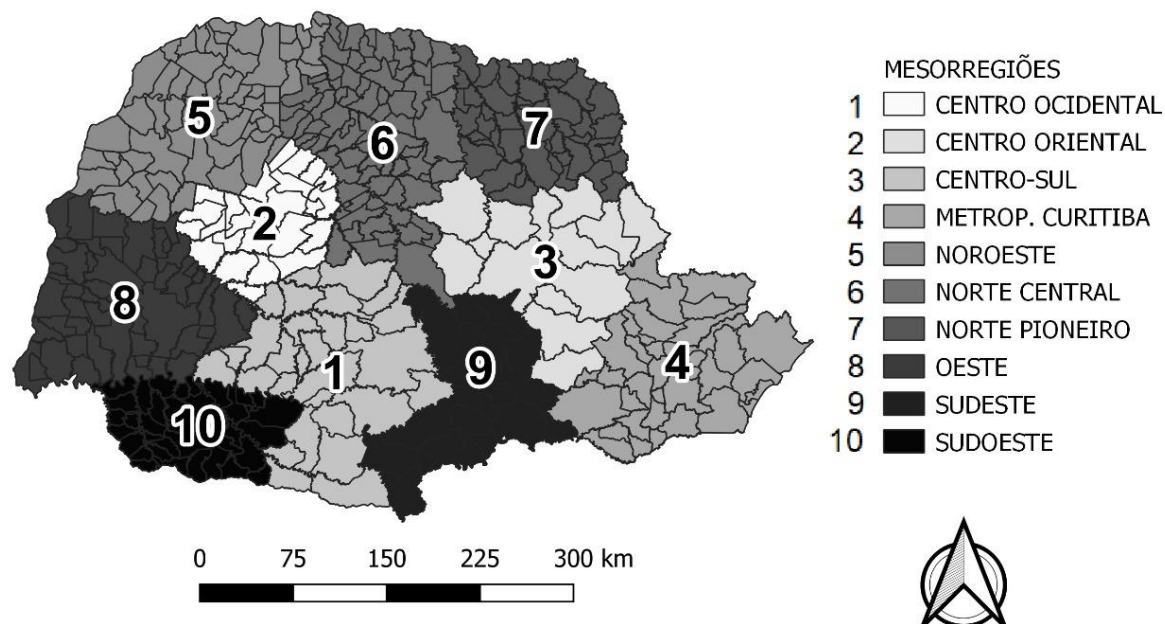
TABELA 1 – Número total de estabelecimentos agropecuários e de estabelecimentos agropecuários familiares. Paraná e Mesorregiões. 2006 e 2017.

MESORREGIÕES PARANAENSES	2006			2017		
	TOTAL	Agricultura familiar		TOTAL	Agricultura familiar	
	Abs.	Abs.	%	Abs.	Abs.	%
Centro Ocidental	21.310	16.766	78,7	13.759	9.750	70,9
Centro Oriental	19.174	14.627	76,3	16.544	11.148	67,4
Centro Sul	41.368	33.589	81,2	38.147	29.359	77,0
Metrop. de Curitiba	30.462	25.886	85,0	25.876	19.529	75,5
Noroeste	37.724	29.281	77,6	30.807	20.715	67,2
Norte Central	54.277	41.390	76,3	38.559	27.154	70,4
Norte Pioneiro	29.661	23.342	78,7	26.767	19.607	73,3
Oeste	53.217	43.750	82,2	42.506	32.152	75,6
Sudeste	39.391	34.666	88,0	35.696	29.695	83,2
Sudoeste	44.479	39.531	88,9	36.493	29.779	81,6
PARANÁ	371.063	302.828	81,6	305.154	228.888	75,0

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do IBGE (IBGE, 2022a,b).

Outro aspecto metodológico importante é acerca do período de referência de coleta das informações. Diferentemente do ano civil (1º de janeiro a 31 de dezembro) utilizado no Censo 2006, no Censo 2017 elas são referentes ao período de 1º de outubro de 2016 a 30 de setembro de 2017, sendo o dia 30 de setembro a data de referência da pesquisa. Tendo em vista as distinções existentes na apresentação dos dados em cada um dos Censos, o Quadro 1 apresenta os números das tabelas consultadas, considerando os temas e variáveis pesquisadas, descrevendo para cada uma dessas os procedimentos utilizados quando necessários para viabilizar as análises comparativas.

Figura 1 – Mesorregiões homogêneas do estado do Paraná.



Fonte: Adaptado pelos autores conforme IBGE (2022a,b).

QUADRO 1 - Identificação dos temas e números das tabelas pesquisadas nos censos agropecuários, das variáveis compatibilizadas para viabilizar as análises comparativas e dos procedimentos utilizados para análise – 2006 e 2017.

Temas trabalhados	Nome das variáveis compatibilizadas no artigo	Procedimentos utilizados para análise
Grupos de atividade econômica CA 2006: 1909 CA 2017: 6899	“Outros”	Dentre as 9 variáveis disponíveis nos CAs 2006 e 2017, a categoria “Outros” corresponde à soma das variáveis “Produção de sementes e mudas certificadas”, “Produção florestal - florestas plantadas”, “Produção florestal - florestas nativas”, “Pesca” e “Aquicultura”
Financiamento CA 2006: 1893 CA 2017: 6895	Número de estabelecimentos agropecuários familiares que acessaram programas de crédito	Dentre as 7 variáveis disponíveis no CA 2017, foram utilizadas somente a categoria “São provenientes de programas de crédito” para a correspondência com o CA 2006.
Agentes financeiros CA 2006: 1893 CA 2017: 6895	“Outro agente”	Corresponde à soma das variáveis “Governo” e “Outros agentes” no CA 2017
Finalidade do financiamento CA 2006: 1893 CA 2017: 6895	“Outros”	Corresponde à soma das variáveis “Comercialização” e “Manutenção do estabelecimento” nos CAs 2006 e 2017



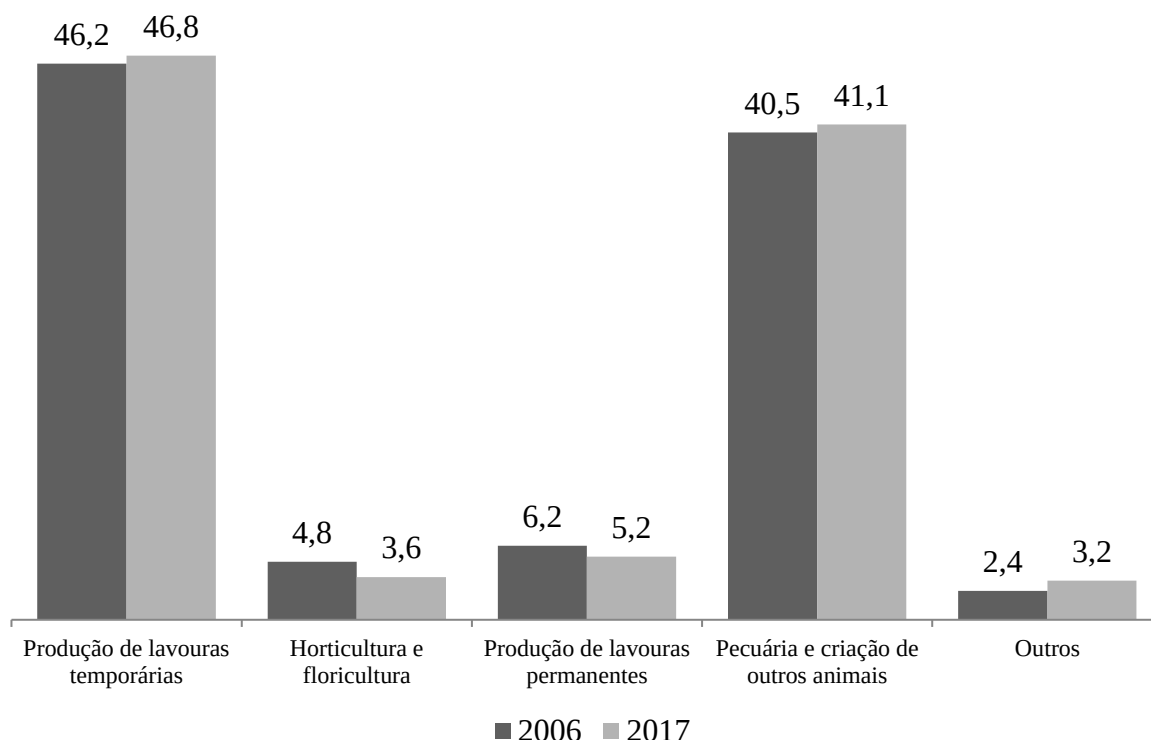
3. Resultados e Discussão

3.1 Grupos de Atividade Econômicas e Despesas na Agricultura Familiar do Paraná

A utilização dos critérios vigentes à época de cada um dos Censos Agropecuários aponta que os estabelecimentos familiares representavam 81,6% do total de estabelecimentos pesquisados em 2006 (302.907 estabelecimentos), valor reduzido para 75,0% em 2017, correspondendo então a 288.888 estabelecimentos.

Dentro desse universo de estabelecimentos familiares investigou-se quais são os grupos de atividades econômicas¹ nos quais esses se concentram. A análise entre os anos mostra uma consolidação dos estabelecimentos nas atividades desenvolvidas. A produção de lavouras temporárias se destaca com mais de 46% dos estabelecimentos em ambos os anos. Em seguida, vemos a pecuária e criação de outros animais se destacando com 40,5% e 41,1% respectivamente entre os anos de 2006 e 2017, ambos os grupos em ligeiro crescimento. Em segundo plano, identificamos em ordem decrescente a produção de lavouras permanentes e a horticultura e floricultura, ambos grupos com pequeno decréscimo no número de estabelecimentos (Figura 2).

FIGURA 2 - Percentual de estabelecimentos agropecuários familiares por grupos de atividades econômicas. Paraná. 2006 e 2017.

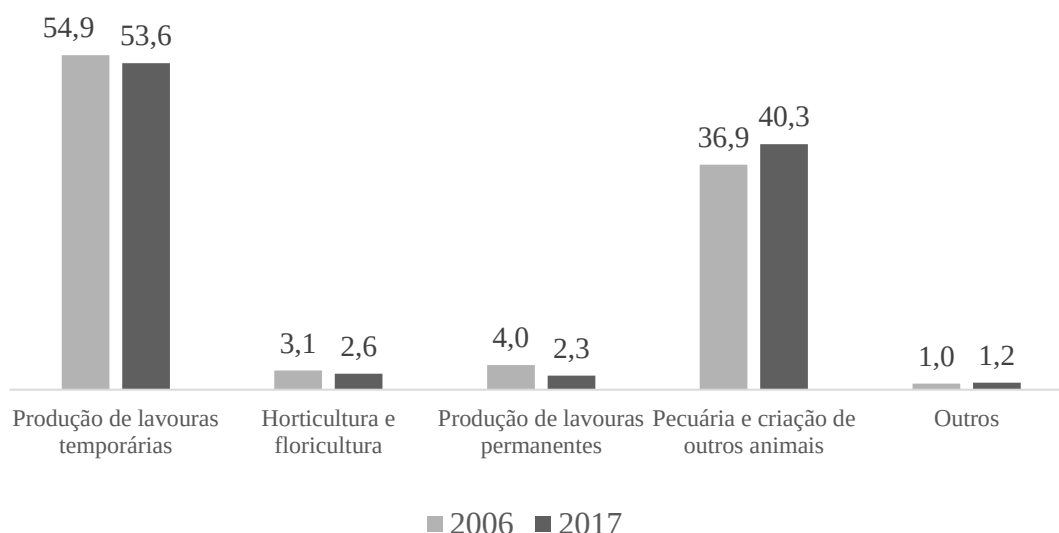


Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do IBGE (IBGE, 2022a, b).

¹ Definidos como sendo aqueles que proporcionam a maior fonte de renda no estabelecimento, constituindo, portanto, a base econômica da exploração.

Na Figura 3 podemos ver a participação dos diferentes grupos de atividade econômica no valor total das despesas realizadas nos estabelecimentos. Sobressai-se o grupo lavouras temporárias que ultrapassam 53% em ambos os anos, mesmo correspondendo como visto acima a não mais que 46% dos estabelecimentos.

FIGURA 3 - Participação percentual dos grupos de atividades econômicas dos estabelecimentos agropecuários familiares no valor total das despesas realizadas. Paraná. 2006 e 2017.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do IBGE (IBGE, 2022a,b).

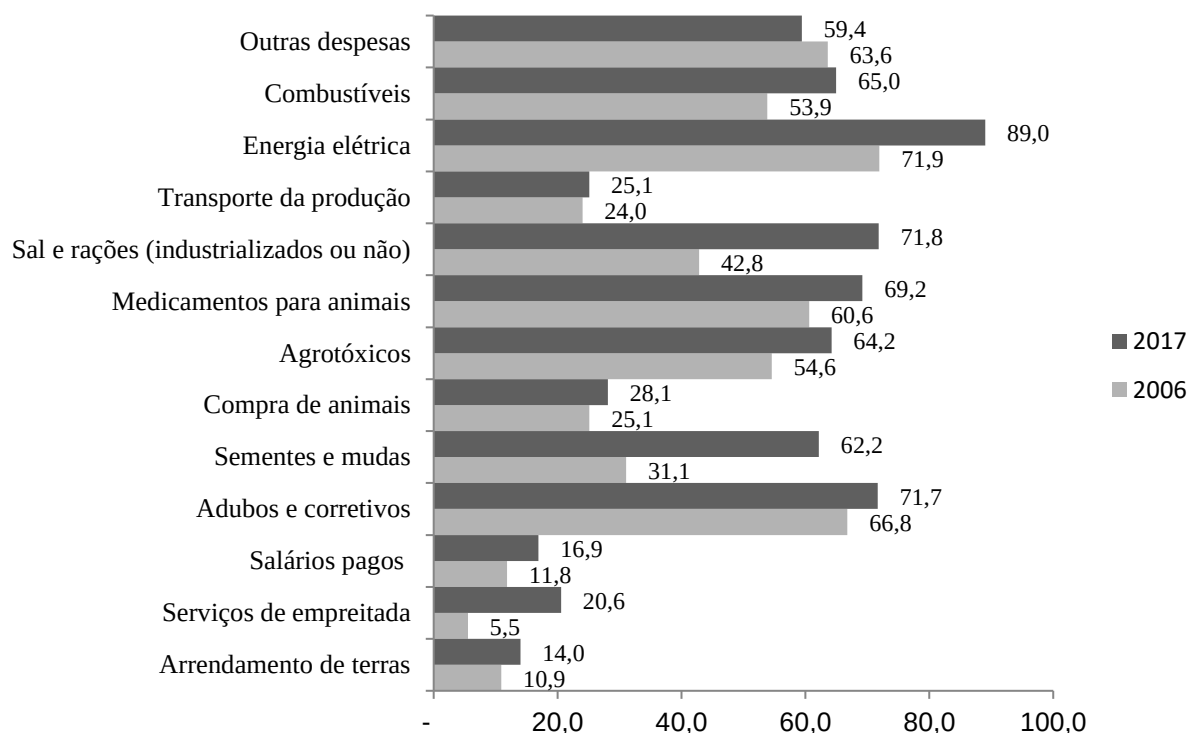
As lavouras temporárias são o carro-chefe da agropecuária paranaense com destaque para o cultivo de grãos como a soja e o milho, atividades intensivas na utilização de insumos. O grupo da pecuária e criação de outros animais, o qual aparece em seguida com um aumento de 3,4 pontos percentuais na participação nas despesas realizadas no período, foi o único grupo a ampliar a sua presença. Os grupos de atividades horticultura e floricultura e produção de lavouras permanentes não alcançaram somados mais de que 7,1% de participação no total de despesas, índice inferior ao cerca de 10% dos estabelecimentos que compõem esse grupo, apresentando além da redução na participação no período analisado, um caráter de atividades menos intensivas em despesas.

Analisar os diferentes grupos de atividades econômicas impele trabalhar também a questão da segurança alimentar proporcionada pela agricultura familiar. Estudos apontam a existência de três pontos norteadores da segurança alimentar, sendo eles: a sustentabilidade do sistema, os hábitos e a cultura alimentar de cada família, além da qualidade nutricional dos alimentos (MALUF, MENEZES; VALENTE, 1996). Trabalhos como o de Menasche, Marques e Zanetti (2008), corroboram essa análise e mostram importante volumes de produção da maioria dos alimentos em hortas na propriedade ou obtidos com trocas com vizinhos, tendo a produção para o autoconsumo garantido a segurança alimentar dos envolvidos. Os dados disponibilizados pelos Censos Agropecuários podem dar sustentação para estudos dessa natureza, os quais extrapolam, contudo, o escopo do presente artigo.

Os estabelecimentos agropecuários possuem diferentes tipos de despesas para sua manutenção e essas despesas podem traçar uma parte do seu perfil. Alguns dados podem indicar a necessidade de outras pesquisas para entendê-los em maior profundidade. Um exemplo é o percentual de estabelecimentos agropecuários famílias que registraram despesa

com energia elétrica, em 2006 eram 71,9% e em 2017 esse percentual passou para 89% (Figura 4). Ele pode ser um indicativo de melhoria em que mais estabelecimentos estão acessando energia elétrica ou então que um percentual perdeu o benefício como o *Luz para Todos* em que eles eram isentos do pagamento da taxa e agora se encontram numa situação de maior vulnerabilidade.

FIGURA 4 – Participação dos diferentes tipos de despesas realizadas nos estabelecimentos agropecuários familiares. Paraná. 2006 e 2017. Em %.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do IBGE (IGBE, 2022a,b).

Houve aumentos percentuais significativos entre os estabelecimentos familiares com despesas com agrotóxicos, em 2006 eram 54,6% e em 2017 foram 64,2%, adubos e corretivos, sementes e mudas, medicamentos para animais, além de sal e rações. Esse conjunto, pode indicar um maior percentual de estabelecimentos utilizando insumos industrializados na produção, sendo inseridos ainda mais no processo de mercantilização da agricultura familiar (PLOEG, 1992).

3.2 Financiamento da agricultura familiar no Paraná

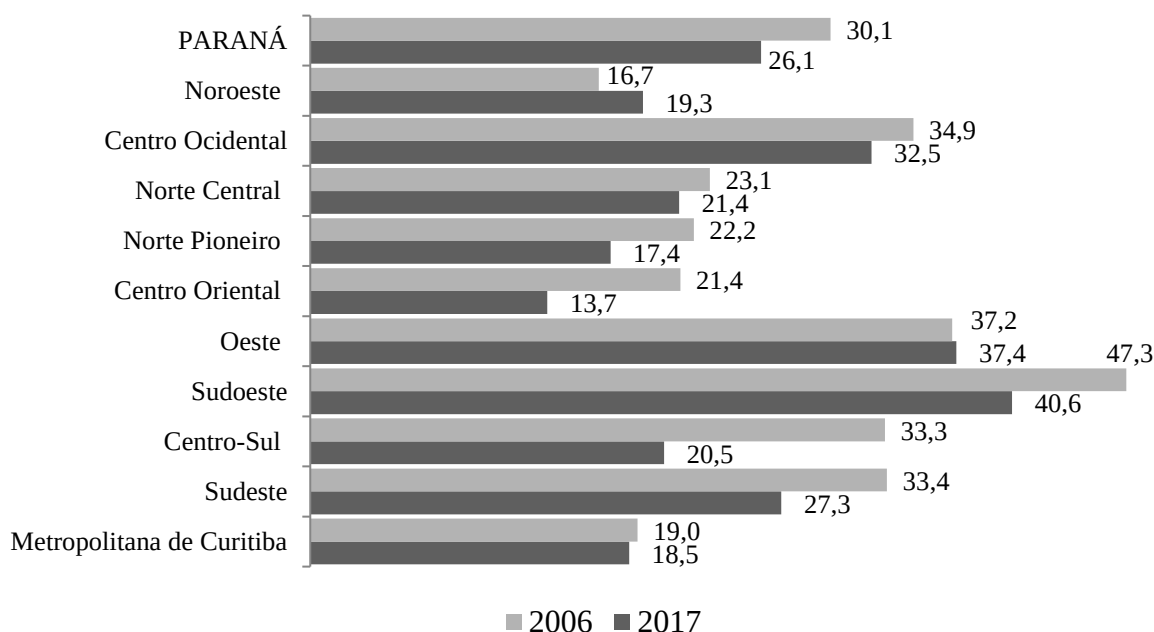
O processo de mercantilização da agricultura familiar tem como um dos seus sustentáculos o financiamento agrícola. A necessidade de aquisição das sementes, defensivos e adubos que esse processo impõe acentua a necessidade de recursos para tal.

Sendo assim, a agricultura familiar recebeu um incentivo substancial em 1996 com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) que veio para facilitar o acesso e subsidiar os custos do financiamento.

No Brasil, 15,4% dos estabelecimentos familiares acessaram financiamento, segundo Censo Agropecuário 2017. A região Sul por inúmeros fatores (WENZ JUNIOR et al., 2014; COELHO e BAZOTTI, 2017) concentra os estados que mais acessam financiamentos no Brasil: Santa Catarina, 31,4%, Rio Grande do Sul 30,8% e Paraná 26,1%.

Contudo, no Paraná entre os anos 2006 e 2017 o percentual de famílias que obtiveram financiamento reduziu-se de 30,1% para 26,1% (Figura 5).

FIGURA 5 - Número de estabelecimentos agropecuários familiares que obtiveram financiamento. Paraná e Mesorregiões. 2006 e 2017. Em %.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do IBGE (IGBE, 2022a, b).

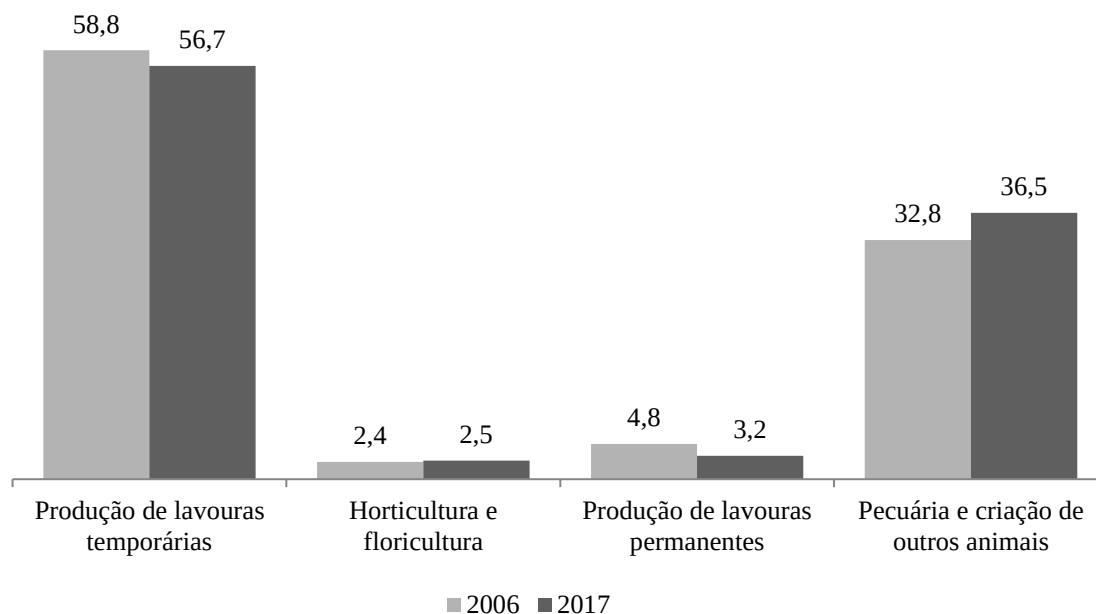
Entre as mesorregiões que mais acessaram os recursos destaca-se a Oeste e a Centro Ocidental. A mesorregião que domina entre aquelas que mais acessaram é o Sudoeste (47,3% para 40,6% em 2017) que tradicionalmente é reconhecida no estado pelas suas características peculiares de uma agricultura familiar politizada e atenta as políticas públicas voltadas para esse segmento.

Entre os grupos de atividade econômica que obtiveram financiamento se destacam as lavouras temporárias em que mais da metade dos estabelecimentos tiveram suporte de financiamento, ou seja, 10 pontos percentuais acima da ocorrência desses estabelecimentos no total do estado. Estudos mostram que as lavouras temporárias de soja e milho são responsáveis por grande parte do uso dos recursos do Pronaf (WESZ JUNIOR; GRISA; BUCHWEITZ, 2014; BUCCO COELHO; BAZOTTI, 2017). Em seguida, pecuária e criação de animais sendo que se observou um aumento percentual de estabelecimentos que acessaram financiamento de 32,8% em 2006 para 36,5% em 2017 (Figura 6).

Criado na década de 1990, rapidamente o Pronaf se tornou a principal fonte dos financiamentos para a agricultura familiar. Ele veio para facilitar o acesso, diminuir a burocracia e propiciar que os agricultores, excluídos do sistema financeiro, pudessem acessá-lo com proposta subsidiada. Em 2006, 22,6% dos estabelecimentos declararam acessar o Pronaf e em 2017 esse percentual cai para 14,8%. Chama atenção especialmente porque ele se

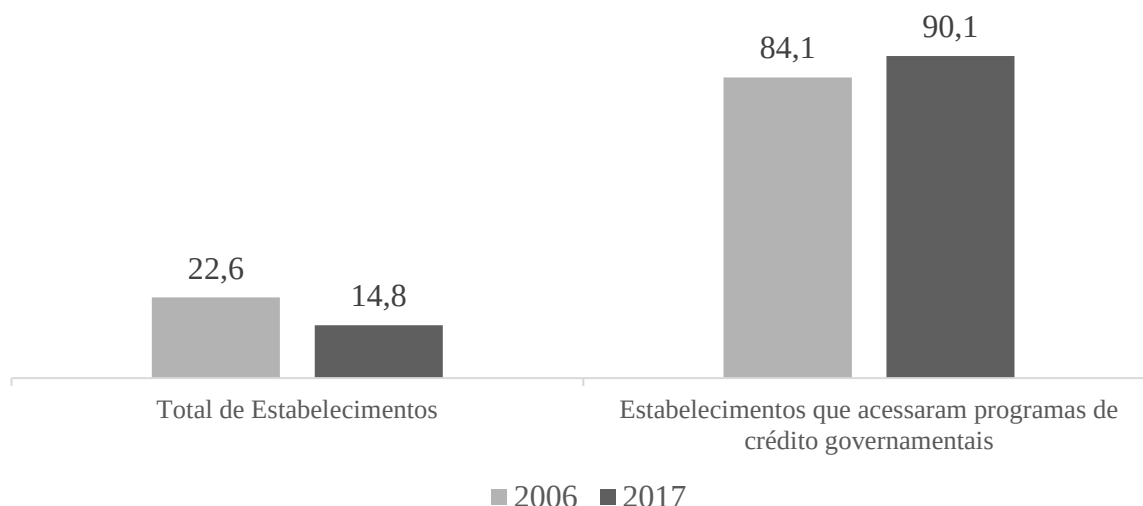
fortalece em 2017 como fonte prioritária de financiamento, pois dos estabelecimentos que acessaram programas de crédito governamentais em 2006, 84,1% acessaram o Pronaf e em 2017 esse percentual sobe para 90,1% (Figura 7).

FIGURA 6 – Participação relativa dos estabelecimentos agropecuários que obtiveram financiamento considerando os grupos de atividades econômicas. Paraná. 2006 e 2017.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do IBGE (IGBE, 2022a,b).

FIGURA 7 – Participação relativa de beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no total de estabelecimentos agropecuários familiares e entre aqueles que obtiveram financiamento governamental. Paraná. 2006 e 2017.

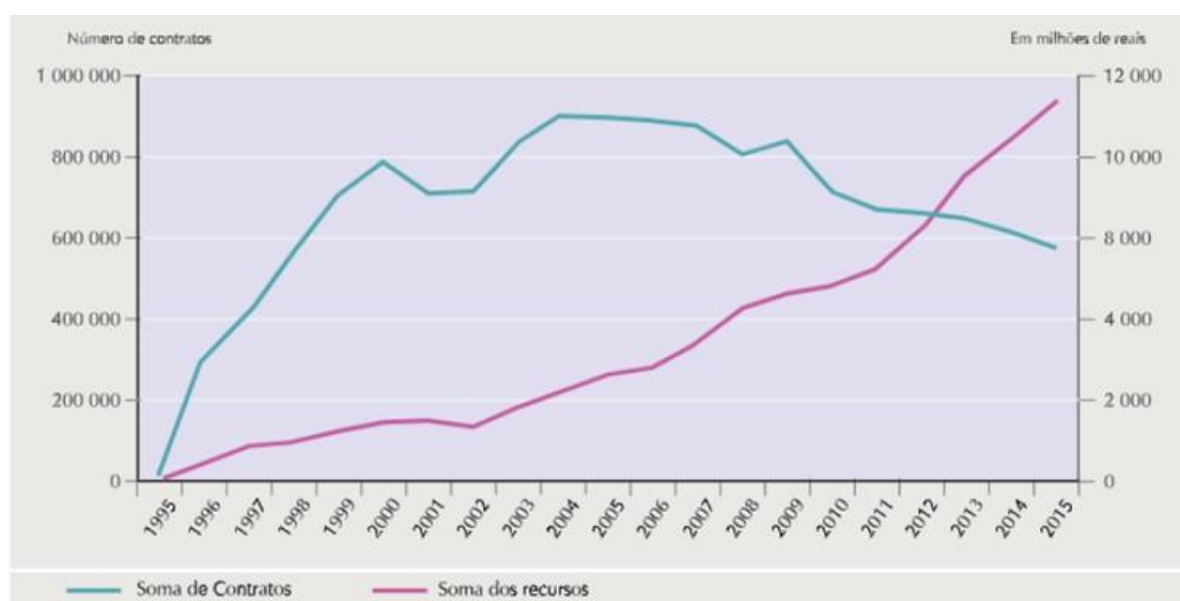


Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do IBGE (IGBE, 2022a, b).

Essa diminuição dos estabelecimentos que acessaram recursos do Pronaf chama atenção, um dos motivos é que vai de encontro com estudos como o de Borges e Perré (2022) em que conclui que o crédito rural tem sido importante instrumento de política agrícola no país. Em todo período pós-Plano Real, evidencia-se sua tendência de alta mais que proporcional em relação ao crescimento do produto agropecuário. Os autores observaram que a ampliação do crédito rural ocorreu de forma concentrada tanto no número de estabelecimentos rurais quanto nos contratos de valores mais elevados.

Bazotti e Coelho (2017) sugeriam que a diminuição dos contratos (Figura 8) poderia indicar a concentração dos recursos em alguns produtos, mas não necessariamente estaria diminuindo o número de famílias que acessa o Pronaf. Porém, os dados do CA 2017 quando analisados em conjunto indicam que, sim, há uma diminuição de famílias e/ou estabelecimentos que estão acessando crédito por meio daquele Programa.

Figura 8 – Relação da distribuição dos créditos de PRONAF Custeio e Contratações. Número de contratos e total contratado. Brasil, 1995-2015.



FONTE: BACEN (2016)

NOTAS: Dados trabalhados pelas autoras.
Valores atualizados pelo IGP-DI.

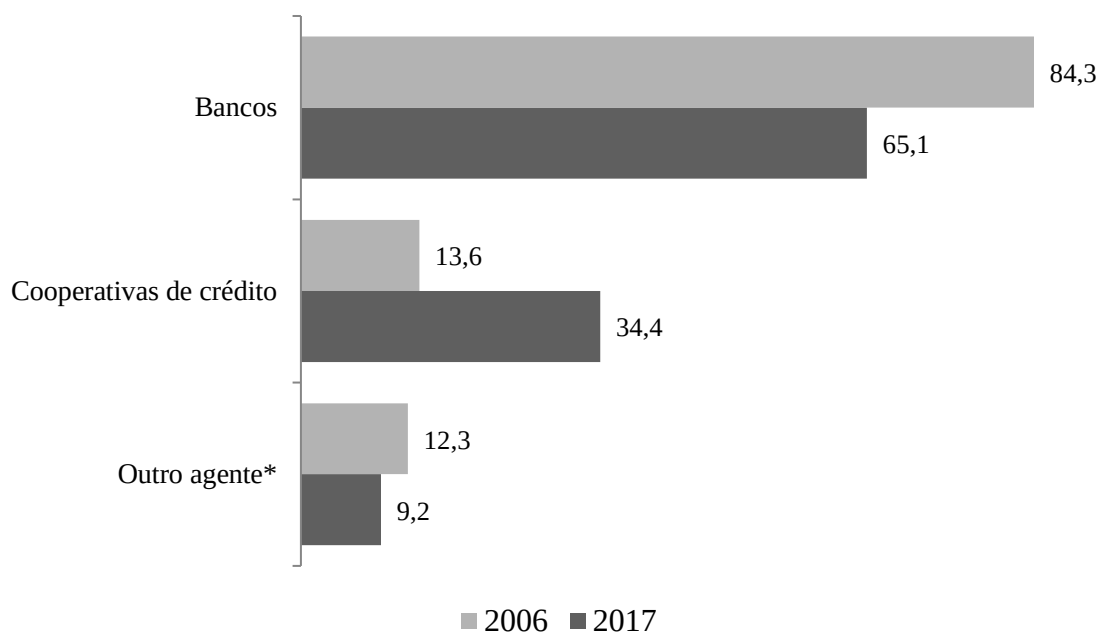
Fonte: Extraído de BAZOTTI; BUCCO COELHO (2017, p.120).

O não acesso ao Pronaf acarreta muitas implicações que podem ser positivas ou negativas, porém aponta-se uma que é crucial para a sustentabilidade da propriedade. Ao fazer o Pronaf a família agricultora pode acessar ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) que é um seguro da produção, que possibilita em casos de estiagem ou vendavais que o estabelecimento agropecuário seja ressarcido pelo prejuízo. Inclusive muitos agricultores afirmam acessar o Pronaf para poder ter acesso ao Proagro, dessa forma ficam protegidos de possíveis perdas (BAZOTTI, 2016).

Outra mudança que se percebe é nos agentes financiadores em que os bancos estão perdendo espaço para as cooperativas de crédito. Em 2006 os bancos respondiam por 84,3% das operações em 2017 passou para 65,1% e quem aparece são as cooperativas de crédito que passam de 13,6% para 34,4% das operações realizadas (Figura 9).

Esse aumento pode ser reflexo de inúmeros fatores como o aumento da capilaridade das cooperativas de crédito nesse período, abrangendo um número maior de municípios e de agricultores. Outro fator é que as cooperativas, em geral, são mais próximas aos agricultores do que os bancos (MAIA, et. al., 2012).

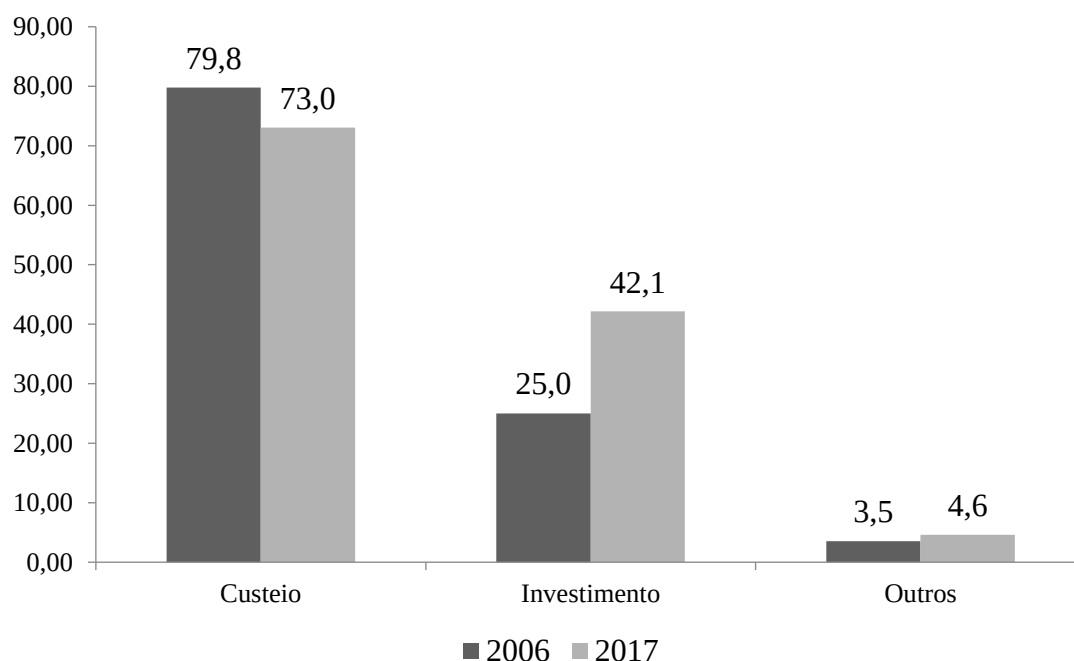
FIGURA 9 – Participação Percentual de diferentes agentes financeiros com operações de financiamento considerando os estabelecimentos agropecuários familiares que obtiveram crédito. Paraná. 2006 e 2017.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do IBGE (IBGE, 2022a,b).

A modalidade de financiamento mais usada é o custeio, o qual representa os recursos para o capital de giro para aquisição de sementes, adubos, fertilizantes, etc., ou seja, custeia as despesas da plantação. Entretanto, houve uma diminuição no período analisado entre os estabelecimentos que acessam crédito para custeio; em 2006 dos que acessavam crédito 79,8% acessavam na modalidade custeio, participação que se reduz em 2017 passa para 73%. Em trajetória diferente está o financiamento para investimento que em 2006 estava presente em 25% dos estabelecimentos, participação que se amplia para 42,1% em 2017 (Figura 10).

FIGURA 10 - Ocorrência das diferentes finalidades de financiamento considerando o total de estabelecimentos agropecuários familiares que obtiveram crédito. Paraná. 2006 e 2017. Em %.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do IBGE (IGBE, 2022a,b).

Considerações Finais

A possibilidade da análise comparativa oferecida pela divulgação do Censo Agropecuário 2017, ofereceu elementos importantes para a análise da agricultura familiar paranaense no que diz respeito aos grupos de atividades econômicas, despesas realizadas e financiamento das atividades produtivas.

Constatou-se a estabilidade das lavouras temporárias e da pecuária e criação de outros animais como grupos de atividades econômicas predominantes, sendo observada também uma maior intensificação no que tange a utilização de insumos industrializados nas atividades produtivas, aspecto denotado pelo aumento do número de estabelecimentos que efetuaram despesas para aquisição dos mesmos, acentuando, conforme mencionado, o processo de mercantilização da agricultura familiar.

Duas constatações preocupantes dizem respeito à redução no número de estabelecimentos que obtiveram financiamento e a redução também na presença do Pronaf no total de estabelecimentos familiares do estado, não obstante tal Programa continue sendo a principal fonte de acesso aos recursos governamentais no âmbito da agricultura familiar. Observa-se assim que o crédito perde força como mecanismo indutor de mudanças nos sistemas produtivos familiares no período analisado, não obstante ter havido um ligeiro acréscimo na ocorrência de financiamentos para investimento, os quais poderiam representar uma transformação de médio – longo prazo na estrutura dos padrões produtivos vigentes.

Por fim, destaca-se o evidente aumento da presença das cooperativas de crédito como agentes financeiros junto à agricultura familiar, consolidando a presença do forte segmento cooperativa paranaense também nessa modalidade de serviços.



REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. *Agricultura familiar e uso do solo. São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, SEADE, v.11, n.2, p.73-78, 1997.
- ANDRE, L.C. et al. Caracterização da agricultura familiar no Paraná: Aspectos agrários, tecnológicos e sociais-2006 e 2017. **Revista Grifos**, v. 31, n. 57, p. 01-19, 2022.
- BAZOTTI, A. Estratégias e racionalidades dos sojicultores familiares do sudoeste paranaense. 166 f. **Tese (Doutorado)** - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- BAZOTTI, A., BUCCO COELHO, L. Produção de *Commodities* pela Agricultura Familiar: insegurança alimentar e novos desafios ao PRONAF. **Revista Paranaense de Desenvolvimento – RPD**, 38(133), 2017. p.113–129. Disponível em <https://ipardes.emnuvens.com.br/revistaparanaense/article/view/948>
- BORGES, M. J.; PARRÉ, J. L. O impacto do crédito rural no produto agropecuário brasileiro. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 60, n. **Revista Economia e Sociologia Rural**, 2022 60(2), p. e230521, 2022. Disponível em <https://www.scielo.br/j/resr/a/k3jT49RxT6LW4X9Gb6MjWxG/#:~:text=apresentou%20os%20impactos%20positivos%20do,%2C18%25%20no%20PIB%20agropecu%C3%A1rio>
- DEL GROSSI, M. *Algoritmo para delimitação da agricultura familiar no Censo Agropecuário 2017, visando a inclusão de variável no banco de dados do Censo*. Disponível para ampla consulta. [https://sidra.ibge.gov.br/Content/Documentos/CA/Metodologia%20Agricultura%20familiar%20\(IBGE\)%20DelGrossi%20final%205jun2019.pdf](https://sidra.ibge.gov.br/Content/Documentos/CA/Metodologia%20Agricultura%20familiar%20(IBGE)%20DelGrossi%20final%205jun2019.pdf) Acesso em 15 mar. 2020.
- GASSON, R.; ERRINGTON, A. *The farm family business*. Wallingford, Cab International, 1993.
- IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2006/segunda-apuracao#agricultura-familiar>. Acesso em 09 abr. 2022(a)
- IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2017>. Acesso em 16 abr. 2022(a)
- MAIA, G.B.S; BASTOS, D.; DE CONTI, B. M.; ROITMAN, F. B. O Pronaf B e o financiamento agropecuário nos Territórios da Cidadania do semiárido, 2012. Disponível em https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/3366/2/RB%2037%20O%20Pronaf%20B%20e%20o%20financiamento%20agropecuário_P.pdf.
- MALUF, R. S.; MENEZES, F.; VALENTE, F. L. Contribuição ao tema da segurança alimentar no Brasil. **Cadernos de Debate**, v. 4, n. 1, p. 66-88, 1996.
- MENASCHE, R.; MARQUES, F. C.; ZANETTI, C. Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação. **Revista de Nutrição**, v. 21, p. 145s-158s, 2008.



PLOEG, J. D. van der. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: GUZMAN, E. S.; GONZÁLES DE MOLINA, M (eds.). **Ecología, campesinato y historia**. Madri: Las ediciones de la piqueta, 1992. p. 153-95.

PREVIDELLO, G. G. et al. Transformações na agricultura familiar no Paraná: Pessoal ocupado, produção agropecuária e das agroindústrias rurais - 2006 e 2017. In: **Anais do 60º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)**. Anais... Natal (RN) UFRN, 2022. Disponível em:
<<https://www.even3.com.br/anais/sober2022/486718-TRANSFORMACOES-NA-AGRICULTURA-FAMILIAR-NO-PARANA--PESSOAL-OCUPADO-PRODUCAO-AGROPECUARIA-E-DAS-AGROINDUSTRIAS--RU>>. Acesso em: 01 mar. 2023.

WANDERLEY, M. N. B. *Raízes históricas do campesinato brasileiro*. XX Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu: 1996.

WESZ JUNIOR, V. J.; GRISA, C.; BUCHWEITZ, V. D. **O desempenho do Pronaf no Brasil**: um olhar sobre o público beneficiário e as atividades financiadas. 52º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Goiânia, 2014.